

# Perfis das classes de renda rural no Brasil<sup>1</sup>

Ignez Vidigal Lopes<sup>2</sup>  
Daniela de Paula Rocha<sup>3</sup>  
Mauro de Rezende Lopes<sup>4</sup>  
Rafael de Castro Bomfim<sup>5</sup>

**Resumo** – O presente artigo é resultado de uma pesquisa que procurou identificar classes de renda na agricultura brasileira. O intervalo de renda considerado para definir as classes é semelhante ao de estudos referentes à identificação da renda da classe média. A fonte de dados utilizada foi o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2010), e os resultados confirmam que há uma importante classe média rural, provavelmente usuária de novas tecnologias e responsável pela modernização do setor. O foco em classes de renda subsidia os formuladores de políticas na avaliação de três grupos de produtores e capacita-os a desenhar políticas agrícolas específicas para cada grupo.

**Palavras-chave:** classes de renda na agricultura, classe média rural, pequena propriedade agrícola, pobreza rural.

## The profiles of rural income classes in Brazil

**Abstract** – This article is based on a research to identify income classes in Brazilian Agriculture. It adopted the same income brackets used in previous studies to identify medium class income. Agricultural Census 2006 (IBGE, 2010) data was used and the results show that there is an important middle class in agriculture, probably associated with the adoption of new technologies and general modernization of the agricultural sector. The focus on income classes enables policy makers to evaluate (identify) three different groups of producers design specific agricultural policies for each group.

**Keywords:** income classes in agriculture, rural middle class, small farm agriculture, rural poverty.

## Introdução

A agricultura é por natureza um setor em constante processo de transformação. Esse processo decorre de fatores que são próprios do regime de concorrência a que o setor está submetido, com grande número de atores e produzindo commodities homogêneas. A produção se dá em cenário de incertezas, algumas comuns

aos demais setores, e outras que lhe são exclusivas, como: defasagem (de 7 meses) entre plantio e colheita; variações climáticas que afetam o resultado; acentuada volatilidade dos preços; e forte influência dos preços externos.

Nesse constante processo de transformação, a agricultura vai mudando sua estrutura: alguns agricultores migram de níveis de produ-

<sup>1</sup> Original recebido em 2/3/2012 e aprovado em 9/3/2012.

<sup>2</sup> Formada em Comunicação, Doutora, Chefe do Centro de Estudos Agrícolas. E-mail: vidigal@fgv.br

<sup>3</sup> Economista, MS em Economia Agrícola, pesquisadora. E-mail: daniela.rocha@fgv.br

<sup>4</sup> Economista, Doutor, pesquisador. E-mail: mrlopes@fgv.br

<sup>5</sup> Bolsista do CNPq. E-mail: rafael.bomfim@fgv.br

tividade mais baixos para níveis mais elevados, enquanto outros perecem no processo e se tornam potenciais migrantes para a cidade. A intensidade desse processo na agricultura brasileira pode ser verificada pelas estatísticas do IBGE (2011), segundo as quais a população do campo declinou de 44% do total em 1970 para apenas 15% em nossos dias. Esse quadro não é muito diferente em outros países de dimensão territorial comparável, como os Estados Unidos, o Canadá e a própria China.

Para melhor entender os perfis das classes de renda dos estabelecimentos agropecuários, a Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) desenvolveu uma pesquisa pioneira tomando por base os microdados do Censo Agropecuário de 2006.

O Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2010) é um marco na pesquisa do setor, tendo ampliado muito o levantamento de variáveis, para ampliar a compreensão sobre um setor que tem se diversificado muito, em razão das transformações tecnológicas, do maior alcance das políticas públicas e das novas demandas do mercado de trabalho rural.

A rapidez do processo recente de modernização tecnológica tem alta capacidade de transformar os estabelecimentos, levando-os a alcançar níveis elevados de renda. Por sua vez, os estabelecimentos que não passam por essa modernização permanecem estagnados, acentuando as disparidades de renda no setor.

A classificação da estrutura da agricultura segundo classes de renda tem relevância para avaliar os grupos de produtores consolidados, os grupos em transição e os grupos com dificuldade de sobreviver no setor.

O retrato que emerge das classes de renda dos estabelecimentos rurais reflete, em parte, as políticas que foram historicamente adotadas no Brasil e indica, com veemência, a necessidade de mudança.

## Objetivos

Identificar as classes de renda rural, por meio da construção do conceito de renda líquida disponível dos estabelecimentos rurais, composta do valor bruto da produção menos despesas variáveis, e acrescida de: renda do trabalho fora, renda de aposentadorias e pensões e renda de transferências governamentais (bolsa família, etc.).

Definir a classe média rural como aquela situada no intervalo de renda líquida entre R\$ 947,00 e R\$ 4.083,00 por mês, em valores de 2006, data de referência do Censo.

A partir da classe média, quantificar as classes com renda acima (classes A/B) e abaixo (classes D/E) do intervalo.

Com base nos microdados do Censo Agropecuário 2006<sup>6</sup>, descrever as características produtivas e o perfil do produtor de cada uma das classes: A/B, C (média) e D/E.

## Metodologia

A pesquisa utilizou a base de microdados do Censo Agropecuário 2006, revista pelo IBGE em dezembro de 2010. Essa base abrange um universo de 5.175.636 estabelecimentos rurais do Brasil e cobre todos os municípios produtores. A conceituação de classe média não é oficial. Ela deriva de estudos acadêmicos, que adotam critérios diversos. Alguns autores seguem a tradição adotada em outros países de conceituar a classe média como sendo aquela parcela da população total de um país situada entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres. Utilizando essa conceituação, pesquisas anteriores do Centro de Estudos Sociais da FGV estabeleceram os parâmetros de corte da classe C no Brasil e acompanha sua evolução. A variável utilizada é a renda domiciliar (de todos os seus membros), computada com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra dos Domicílios (Pnad), e corresponde à soma de salários, proventos, aposentadorias/

<sup>6</sup> O acesso aos microdados foi realizado na sala de sigilo do IBGE, no Rio de Janeiro, entre dezembro de 2010 e setembro de 2011.

pensões, transferências governamentais e outras fontes (NERI, 2009).

A pesquisa sobre a classe média rural utilizou os mesmos valores de corte, ajustados para dezembro de 2006, data de referência do Censo Agropecuário (IBGE, 2010). A classe foi definida com o limite inferior em R\$ 947,00 e o superior em R\$ 4.083,00 (valores mensais), ou R\$ 11.367,00 e R\$ 49.006,00 (valores anuais). Para as classes A/B e D/E, foram tomados valores acima e abaixo desses limites, respectivamente.

Para a construção da renda líquida disponível dos estabelecimentos rurais foi somada a renda líquida da produção (valor da produção - despesas) + renda do trabalho fora + renda de aposentadorias e pensões + renda de transferências governamentais (bolsa-família, etc.). O objetivo é que essa variável reproduza tanto quanto possível o conceito de renda domiciliar dos estudos realizados com os dados da Pnad (NERI, 2009). O Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2010) ampliou a abrangência de informações levantadas, incluindo outras fontes de renda do estabelecimento, não levantadas nos censos anteriores. O acesso aos microdados permitiu obter o correspondente à renda domiciliar para cada estabelecimento e, com base nela, a distribuição das classes de renda utilizando os parâmetros de corte predefinidos.

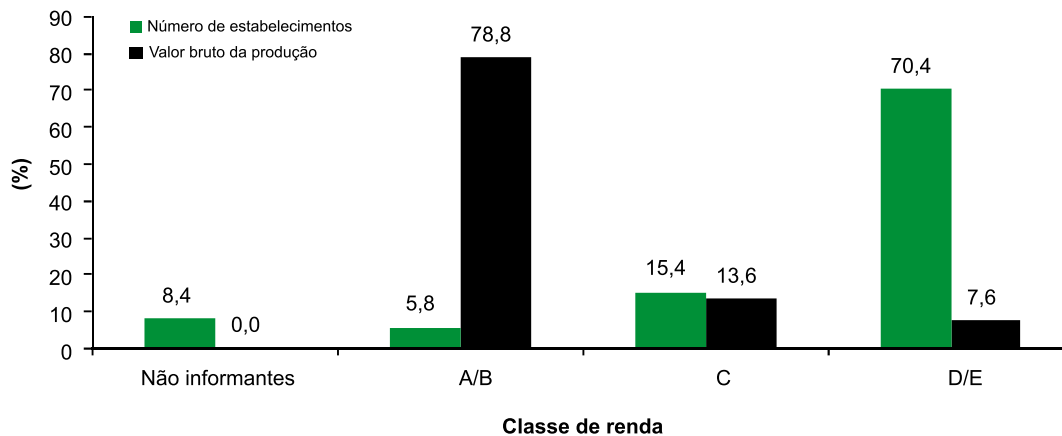
Para cada classe foram calculadas estatísticas descritivas (valores totais, percentuais, médios e medianos) de variáveis relevantes, como o número de estabelecimentos, o valor da produção, a área, o número de empregados, as despesas com insumos, as fontes de financiamento.

A pesquisa consolidou as classes de renda em âmbito de município, estado, região e país, criando um acervo de informações básicas sobre as classes de renda na atividade agropecuária, para subsidiar a formulação de políticas nos diversos níveis espaciais. O estudo fornece informações relevantes para a formulação de políticas especificamente focadas em classes, e com menor viés em produtos, como tem sido feito historicamente.

## Resumo dos resultados

### Número de estabelecimentos e valor da produção

- Quase 800 mil estabelecimentos rurais foram identificados como pertencentes à classe C, com renda líquida mensal entre R\$ 947,00 e R\$ 4.083,00, tomadas todas as fontes de renda no universo do Censo Agropecuário, e representam 15,4% dos 5,2 milhões de estabelecimentos rurais censitados (Figura 1).
- Em número de estabelecimentos, a classe C corresponde a quase três vezes mais o que comporta a classe A/B (a classe A/B abrange 300 mil estabelecimentos, isto é, 5,8% do número total).
- A classe D/E tem o maior contingente, com 3,6 milhões de estabelecimentos (70,4% do número total), repetindo o quadro de estudos anteriores do Ibre (FGV; IBRE, 2010), que apontam grande concentração de rendas baixas na agricultura brasileira.
- A contribuição para o VBP da agropecuária varia muito entre as classes: a classe A/B gera cinco vezes a contribuição da classe C, e esta, por sua vez, quase duas vezes a contribuição da classe D/E.
- A análise da contribuição para o valor bruto da produção (VBP) da agropecuária apurado pelo Censo 2006 mostra que a classe A/B gerou 78,8% do VBP, a classe C 13,6%, e a classe D/E 7,6%.
- Somadas, as classes A/B e C representam pouco mais de um milhão de estabelecimentos (1.097.136) e geram 92% do VBP total Brasil.
- A pesquisa identificou um grupo numeroso de pobreza extrema: mais da metade da classe D/E (aproximadamente 1,8 milhão) gera VBP anual de até R\$ 1.455,00 (menos de 0,4 salário mínimo



**Figura 1.** Número de estabelecimentos e valor bruto da produção agropecuária por classe de renda.

Fonte: microdados do Censo Agropecuário 2006.

da época por estabelecimento). Mais da metade da classe D/E (2.036.671 estabelecimentos) está localizada no Nordeste.

### Distribuição da renda dentro de cada classe

- Os quartis de renda fornecem indicadores da distribuição de renda dentro de cada classe. O valor do primeiro quartil da renda líquida total (RTL) é crítico para avaliar a situação de pobreza de cada classe de renda.
- No caso da classe D/E, o primeiro quartil de renda indica que os 25% mais pobres dessa classe (911.336 estabelecimentos) tinham renda líquida total (de todas as fontes) de até R\$ 244,00/ano para o sustento da família, demonstrando um quadro de miséria extrema. Ao mesmo tempo, sugere a presença de residentes rurais, até pela forte participação da renda de aposentadorias.
- Os valores de quartis de renda são relevantes para o planejamento de políticas para esse público, principalmente a política de crédito, pois fornecem um indicador da capacidade de pagamento.

- Os resultados demonstram que há diferenças consideráveis entre as classes analisadas e dentro das classes A/B e C, capazes de determinar níveis distintos de bem-estar. Essas diferenças sustentam-se em todos os quartis de renda, conferindo apoio à metodologia utilizada para separar as classes.

### Composição da renda dos estabelecimentos

Um resultado inédito do trabalho foi o de mostrar, pela primeira vez, a composição da renda líquida total dos estabelecimentos rurais entre a parcela proveniente da produção e a parcela de outras fontes: trabalho fora do estabelecimento, aposentadorias e pensões, transferências governamentais (bolsa-família, entre outras) (Tabela 1).

- Nas classes A/B e C, a atividade agropecuária é o componente principal na formação da renda do estabelecimento: A/B = 94% e C = 73%.
- Na classe D/E, o quadro é diferente: aposentadorias e programas governamentais representam 52% da renda total, e a atividade agropecuária gera apenas 30%. Outras fontes de renda é que mantêm essa classe no campo.

- A composição da renda da classe média rural assemelha-se mais à das classes A/B do que à das classes D/E.
- O trabalho fora é fonte de renda muito importante nas regiões onde o mercado de trabalho funciona e a demanda é maior. Na região Centro-Oeste, a receita obtida com trabalho fora representa 20% da renda líquida total da classe C. No Nordeste, 71% da renda é proveniente de outras fontes, sendo que aposentadorias e pensões representam 47%.

**Tabela 1.** Participação do valor líquido da produção e das demais receitas por classes (%).

Fonte	Classe de renda		
	A/B	C	D/E
Valor líquido da produção	94	73	30
Aposentadoria e pensão	1	13	52
Salários fora da propriedade	4	12	16
Outras fontes de renda	1	2	2
Total	100	100	100

Fonte: microdados do Censo Agropecuário 2006.

## Financiamentos/empréstimos

- As classes A/B, C, D/E tomaram empréstimo de diversas fontes, formais e informais, para o financiamento das atividades produtivas, atingindo um valor total de R\$ 20,1 bilhões, tendo recorrido a diversas fontes de financiamento.
- Desse total, os bancos foram a principal fonte de empréstimos, totalizando R\$ 16,9 bilhões, valor que representa 84% do valor total. As cooperativas de crédito contribuíram com 5% do total; o

restante teve origem em fontes não formais (comerciantes, fornecedores, empresas integradoras, etc.).

- A classe C absorveu 3,1 bilhões (15,3% do total financiado), com a seguinte composição: 83% de bancos, 8% de cooperativas de crédito, 6% de empresas integradoras e o restante 3% de outras fontes.
- O valor médio dos empréstimos concedidos à classe C pelos bancos foi de R\$ 12.047,00 por tomador.
- Na dimensão regional, quase 57% do financiamento absorvido pela Classe C foi destinado à região Sul, onde se concentram 38% dos estabelecimentos dessa classe.
- A classe A/B absorveu 65% do total de R\$ 16,9 bilhões dos empréstimos tomados de bancos e 57% dos tomados de cooperativas de crédito. Fontes informais de financiamento também participaram dos empréstimos.
- Os valores médios dos empréstimos indicam valores elevados concedidos à classe A/B pelos comerciantes de matérias-primas, fornecedores e empresas integradoras (entre R\$ 248.321,00 e R\$ 357.145,00, por tomador), em contraste com o valor médio concedido a essa classe pelos bancos: R\$ 130.654,00.
- No Centro-Oeste, os valores médios dos empréstimos à classe A/B pelos comerciantes de matérias-primas, fornecedores e empresas integradoras foram ainda maiores, acima de R\$ 500.000,00 por tomador, indicando forte tendência a concentrar os recursos em poucos tomadores, certamente os de menor risco.
- O grupo dos estabelecimentos com valor bruto da produção nulo absorveu 3% do valor total dos empréstimos.

## Emprego de mão de obra

A análise do emprego das classes A/B, C e D/E mostra as seguintes evidências:

- O total das classes estudadas emprega 15,9 milhões de trabalhadores em equivalente-homem, considerando-se a mão de obra familiar e a contratada.
  - A classe C emprega 17,2% desse total, ou 2,7 milhões de empregados (em equivalente-homem).
  - A classe A/B emprega 2,2 milhões (13,8%), e a classe D/E, 10,0 milhões (63%).
  - Em todas as classes, predomina a mão de obra familiar. Na classe C, a composição da força de trabalho empregada (2,7 milhões) é de 74,8% de mão de obra familiar e de 25,2% de contratada, sendo 17,1% temporária e 8,1% permanente.
  - Na classe A/B, que emprega 2,2 milhões, a composição é de 35,2% familiar e de 64,8% contratada, sendo 30,5% temporária e 34,3% permanente.
  - A classe D/E absorve a maior parcela de mão de obra (10,0 milhões), com a seguinte composição: 86,9% familiar e 13,1% contratada, sendo 2,8% permanente e 10,3% temporária.
  - A classe D/E depende principalmente da mão de obra familiar, mas é também a que mais emprega mão-de-obra temporária, num total de 1.033.811 trabalhadores, ou 45,6% do total dessa categoria.
  - Os estabelecimentos com renda líquida negativa geram também um contingente de 917.626 trabalhadores em equivalente-homem (5,8% do total).
  - O número médio de empregados é de 3,08 em equivalente-homem por estabelecimento para o conjunto das classes.
- A média de empregados por estabelecimento é maior na classe A/B, que emprega: 12,8 temporários, 7,6 permanentes e 2,6 de mão de obra familiar (todos em número de trabalhadores em equivalente-homem). Em seguida, vem a classe C, que emprega: 4,6 temporários, 2,5 permanentes e 2,6 familiar. A classe D/E emprega em média por estabelecimento: 3,9 temporários, 2,1 permanentes e 2,4 familiares.

## Principais conclusões e recomendações

- A pesquisa desfaz o mito de polarização da renda na agricultura brasileira, evidenciando que, entre os extremos de renda, existe uma classe média (classe C) importante, que resulta, na nossa visão, do processo generalizado de adoção de tecnologia na agricultura brasileira.
- Essa classe é integrada ao mercado, faz uso de insumos modernos, utiliza primordialmente o trabalho familiar, mas é também contratadora de mão de obra temporária e permanente.
- A classe C tem despesas concentradas no uso de insumos importados e deveria ter financiamento adequado para evitar o impacto de variações de custos sobre o processo permanente de adoção de tecnologia, necessário para sua transição para as classes de renda mais elevada.
- Políticas de apoio para adoção de tecnologia são importantes para a consolidação da classe média e para ampliar o contingente de produtores nessa classe.
- A classe D/E merece ser mais bem investigada, para se beneficiar das políticas governamentais destinadas aos grupos de pobreza extrema. Há dúvidas se a política agrícola pode contribuir para o contingente mais pobre dessa classe.

As políticas mais adequadas para parte desse segmento seriam os programas de transferências governamentais que, aliás, já atingem muitos agricultores, sobretudo no Nordeste, segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2010).

## Referências

FGV. Fundação Getúlio Vargas. IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. **Quem produz o que no campo: quanto e onde II: censo agropecuário 2006 – resultados: brasil e regiões.** Brasília, DF: CNA, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 5 out. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse\\_tab\\_brasil\\_zip.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_brasil_zip.shtm)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

NERI, M. C. (Coord.). **Consumidores, produtores e a nova classe média: miséria, desigualdade e determinantes das classes.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/fc/>>. Acesso em: 12 maio 2011.

---